

Jornal da Adunicamp



Foto: Adunesp



Eleições Adunicamp:
Confira o calendário das eleições que irão escolher a nova Diretoria e o novo Conselho de Representantes (pg. 4)

Entrevista:
Jorge Megid Neto, diretor da Faculdade de Educação conversa sobre as declarações da Secretária de Educação de São Paulo (pg. 5)

Conlutas:
“O imposto sindical deveria ter sido extinto e as contribuições às centrais deveriam ser decididas pelos trabalhadores” (pg. 7)

Dignidade - um direito mais do que adquirido:
Tereza Penna, professora aposentada e viúva, explica o que tem acontecido com as pensões nos últimos tempos (pg. 8)

2008: para além das lutas de sempre

2008 será um ano de lutas.

Luta pela melhoria dos salários, afinal a arrecadação do ICMS no ano passado superou as expectativas mais otimistas, (e o repasse às universidades atingiu o aumento nominal de 12% em relação a 2006) sendo que o reajuste salarial dado pelo CRUESP ficou em 4,92% (somente a partir de outubro), muito aquém das possibilidades (saiba mais no artigo “**O que foi feito com o dinheiro que sobrou?**” na página 5).

A recuperação do poder aquisitivo de maio de 2001, nossa melhor posição na década, será uma das bandeiras desta campanha salarial.

Mas não são apenas os salários que devem melhorar. As condições de trabalho devem ser revistas e todas as formas de precarização e terceirização devem ser excluídas das universidades.

A manutenção dos hospitais, o aumento dos investimentos, o vínculo entre o Centro Paula Souza e a Unesp, a incorporação dos trabalhadores da Escola de Engenharia de Lorena, são muitas questões pelas quais devemos lutar este ano (leia a pauta de reivindicação do Fórum das Seis na página 6).

As eleições para a diretoria e o Conselho de Representantes da Adunicamp serão outro ponto importante neste ano. O processo já começou e as

inscrições de chapa devem ser feitas até o dia 22 de abril (confira o **calendário** na página 5). Não deixe de participar, seu voto é essencial para fazer com que a gestão desta instituição sempre respeite os interesses dos associados.

Como preparação para esta luta estamos reabrindo o departamento de imprensa da Adunicamp. Através dele nos comunicaremos de maneira mais efetiva e constante com nossos filiados. E já colocamos em andamento uma série de projetos para este ano. Estamos criando uma revista temática semestral na qual os professores podem colaborar com textos, cartas do leitor e manifestações artísticas. Seu primeiro número analisará as expansões das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza e suas conseqüências. Nosso jornal será mensal e deve trazer assuntos de relevância não apenas para esta entidade, mas também para o Fórum das Seis, o ANDES e o Conlutas. Mais uma vez contamos com a participação de todos na seção Opinião do Leitor. Outro veículo que utilizaremos será a nossa página na Internet, que será reformulada para facilitar o acesso e trazer de forma clara as informações aos nossos leitores.

Estamos abrindo vários canais de comunicação com nossos filiados, façam bom uso deles.

Adunicamp – Associação dos Docentes da Unicamp Seção Sindical

Rua Érico Veríssimo, 1.479, CEP 13083-851,
Cidade Universitária, Campinas - SP
(19) 3521-2470

Internet: <http://www.adunicamp.org.br>
diretoria@adunicamp.org.br
imprensa@adunicamp.org.br

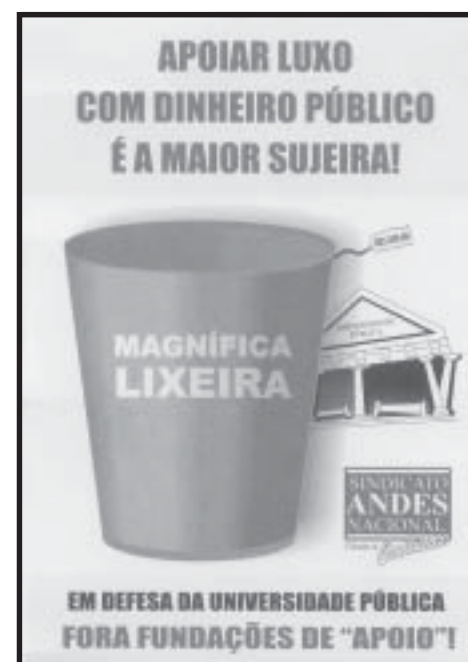
Coordenação: Adolpho Hengeltraub

Diagramação e Projeto Gráfico: Moema Joffily Dias e
Fernando Piva;

Entrevistas e Textos: Moema Joffily Dias e Fernando Piva

Fotos: Arquivo Adunicamp; Tiragem: 3000

Periodicidade: mensal; Gráfica: Editora O Liberal



Como participar

A seção “Opinião do Leitor” é um espaço aberto para receber os textos de nossos leitores a respeito de assuntos relevantes tanto para a universidade quanto para o país. Os artigos serão assinados e de inteira responsabilidade do autor, pois os textos serão publicados na

íntegra no jornal. Para que isso seja possível eles não devem passar de 3.500 caracteres.

Você pode enviar o seu texto para a seção “Opinião do Leitor” pelo e-mail:

imprensa@adunicamp.org.br
ou por carta para a nossa sede.

Sou político, logo existo!

Valério José Arantes - presidente da Adunicamp e livre-docente da Faculdade de Educação da Unicamp

(In memoriam de Toninho)

Hoje, ousaríamos dizer que tudo poderia ser diferente da época em que o governo sob comando dos militares impediu as reformas sociais, políticas e econômicas, desde que nossos representantes no planalto estivessem realmente intencionados no estabelecimento de uma democracia em nosso país.

No entanto, ainda somos obrigados a engolir goela abaixo, as crônicas assinadas por apadrinhados do governo *Lulla*, que insultam os militantes, denominando-os de “saudosistas dos tempos da ditadura militar”, como se ainda não sofrêssemos a repressão de políticos travestidos de revolucionários, que patrocinam propagandas demagógicas e mentirosas, subordinadas às diretrizes dos órgãos internacionais.

Em novela de horário nobre, um personagem interpretado por José Wilker tem repetido com insistência a afirmação: “o futuro da educação brasileira está nos investimentos em escolas particulares”, outro investe contra nosso direito de greve ridicularizando o ensino público, ao afirmar que as universidades vivem em greve, destacando-se ainda um personagem no papel do aluno mau caráter cujo script é desmoralizar os estudantes que participam ativamente nos movimentos estudantis. Goebbels (1897-1945), Ministro da Propaganda e de Informação do Terceiro Reich, já ensinava que repetindo diversas vezes uma mentira far-se-á dela uma verdade: “Mintam, mintam, mintam, eles acabam acreditando”.

É interessante lembrar que o autor dessa mesma novela deu uma entrevista bombástica, na Folha de São Paulo, afirmando que o vilão dessa estória foi inspirado na vida do ex-ministro José Dirceu. Pasmem! Logo em seguida, este jornal entrevistou a

ex-esposa do ex-ministro para mostrar que fizeram uma grande injustiça com uma pessoa de integridade indiscutível! Os meios de comunicação influenciam a opinião de cultos e incultos, que nem sempre tem a inteligência reflexiva, para assim, analisar criticamente o que é apresentado como verdade.

A televisão, conforme dados do IBGE em 2006, alcançava mais de 90% das residências de nosso país, transmitindo o que interessa a quem detém o comando e paga mais. Mas, não divulgam, por exemplo, que José Dirceu declarou que funcionário público não é trabalhador, tratando-nos como “formiguinhas” em seu desprezo com aqueles que mantêm esse país funcionando apesar do arrocho salarial e das várias falsas caras de nossos políticos e escritorzinhos de novelas alienadas.

Destaca-se, também, uma entrevista com a pseudoeducadora e atual Secretária de Educação de São Paulo, formada pela nossa Universidade, como tantos que agora a atacam, divulgando um posicionamento comprometido com o Governo Serra que recuou humilhado por ter que fazer o Decreto Declaratório nº 1 de 30/05/2007. Ela fez um discurso incoerente e agressivo, com sustentação no passado e nos bancos internacionais, contra as Faculdades de Educação da USP e Unicamp, fundamentado na (sua) ignorância e arrogância sintomática... — Repito, dona Maria Helena formou-se aqui, mas não entende nada de Educação. Uma pergunta não quer calar: quando ela mente? Antes, durante, depois, agora ou sempre?

Para criar uma sociedade mais justa e democrática, apesar de não passarmos de “formiguinhas” — para nossos governantes que compram votos em troca de “bolsas” e favores de todos os tipos — formamos diversos formigueiros cansados de carregar quem está sentado em cima.

Entre os formigueiros escorre uma enxurrada de notícias estressantes

todos os dias, revelando a guerra civil que o governo procura esconder, alterando os índices sobre a violência, ao invés de compreender as causas desses sintomas para minimizar tantas tragédias sucessivas e anunciadas. Na prática já estamos sendo obrigados a fazer seguros contra as seguradoras, que usam de artifícios desonestos para evitar o ressarcimento de despesas que merecemos receber.

Dentre tantas tragédias, vivendo dentro dessa realidade estressante, a psicóloga Roseana Garcia continua reivindicando a verdade no inquérito que envolve o assassinato do prefeito Toninho, em Campinas, seu marido, que existiu como político e continuará existindo sempre nos corações e mentes de quem o conheceu.

Toninho não viveu para ver a velozíssima brutalidade de como os serviços públicos foram — e continuam — decaindo, a educação em estado de calamidade diante do avanço da iniciativa privada e do projeto governamental de cumprir seu dever de educar os cidadãos. As escolas particulares não estão preocupadas com a democracia, e a quase totalidade desses empresários pretende apenas aumentar seus lucros, reduzindo a qualidade do ensino e cobrando dos alunos mensalidades cada vez maiores.

Haroldo Bloom, um polêmico crítico literário contemporâneo, disse em entrevista recente que está inconformado com o fato de nossas crianças crescerem cercadas de telas (computadores, televisores e cinemas). Nesse cotidiano, sem a leitura de livros, a sociedade já está agonizando, porque a democracia depende de pessoas com autonomia para pensar por si próprias, e sem ler, isso é impossível. Crítica? Por quê? Para atrapalhar?

Sem dúvida, a sabedoria e o autoconhecimento dependem da leitura, mas, além de pensar usando as informações registradas na memória, é na ação política que revelamos nossas identidades pessoais. A coerência em

nossas ações políticas depende da percepção dos sinais filtrados por nossos órgãos dos sentidos, devidamente compreendidos em nosso intelecto, amparada por sentimentos e intuições:

“A sensação (isto é, a percepção sensorial) nos diz que alguma coisa existe; o pensamento mostra o que é esta coisa; o sentimento revela se é agradável ou não; e a intuição dir-nos-á de onde vem e para onde vai”. (Karl Jung)

Na militância política, a ação deve transcender as necessidades pessoais, familiares e profissionais, visando um bem maior: a sociedade em toda a sua plenitude, regida por princípios e valores éticos universais dos seres e da natureza. Militância: palavra e prática tão estigmatizada, mas graças à qual impedimos o domínio malufista sobre a Unicamp no início dos anos 80.

Ser político é agir contra quem nos vende leite com soda cáustica e água oxigenada, não comprando mais seus produtos; é exigir das autoridades responsáveis que descubram os verdadeiros assassinos de nosso querido Toninho; é lutar pela preservação de nosso planeta, por um sistema aéreo decente e eficiente, contra a violação de direitos adquiridos e de nossa Constituição; é reforçar os ideais de justiça e liberdade; sem esquecer de investigar a farra dos cartões corporativos: — Que vergonha *Lulla*! Somente por meio de enfrentamentos políticos conseguiremos reduzir ou neutralizar os danos que os bandidos, da rua ou dos palácios infligem sobre a sociedade.

Nesse momento, dentro da Universidade, ser político é, principalmente, cobrar do CRUESP condições de permanência estudantil, cancelamento da punição dos estudantes de Araquara e efetivação do comunicado firmado no dia 06/06/2007. Ser político é rastrear em nossos reitores a capacidade de empatia, atributo humano que nos permite ter senso de justiça para criar ciclovias e oferecer bicicletas em confiança para estudantes, funcionários e professores.

**SER POLÍTICO É PARTICIPAR
ATIVAMENTE NAS
ASSEMBLÉIAS DA ADUNICAMP**

Eleições da Adunicamp será em maio

Urnas espalhadas: a votação para escolher a nova Diretoria acontece em todas as unidades e na sede

O processo eleitoral na Adunicamp se iniciou no último dia 3, com a publicação do edital de convocação – conforme os artigos 38, 39 e 62 do regimento geral da Associação – para as eleições que ocorrerão nos dias 13 e 14 de maio. As inscrições de chapas devem ser feitas na própria sede até o dia 22 de abril.

Além da importância de eleger a nova diretoria, esta eleição também escolherá o novo Conselho de Representantes, o qual desenvolve um trabalho essencial de ligação entre as unidades de ensino e a Adunicamp. Um ponto histórico nessas eleições é que são as primeiras após a alteração estatutária da Adunicamp, realizada em 2007, que

transformou a Associação em Seção Sinical do ANDES-SN. Dentre as principais mudanças, o novo estatuto prevê que a diretoria eleita permanecerá no cargo por dois anos, proporcionando maior continuidade para as bandeiras de lutas.

Diante disso a participação de todos é importante para fazer deste um processo democrático e de qualidade, garantindo, assim, que a nova diretoria represente e lute pelos direitos de seus associados.

FAÇA VALER SEUS DIREITOS.

PARTICIPE!!

Calendário do Processo Eleitoral ADunicamp 2008

3/04 - Divulgação do edital de convocação do processo eleitoral
3 a 22/04 - Prazo de inscrição de chapas
9/04 - Eleição da Comissão Eleitoral (em Assembléia de Docentes)
24/04 - Data para divulgação das chapas inscritas
30/04 - Data para divulgação dos locais de votação e da lista de votantes
28/04 a 02/05 - Data para apresentação de impugnações
5/05 - Data para a Comissão Eleitoral decidir sobre impugnações
13 e 14/05 - Eleições
15/05 - Apuração
30/05 - Posse da Diretoria e CR eleitos

O que foi feito com o dinheiro que sobrou?

O CRUESP ainda não forneceu ao FÓRUM DAS SEIS as planilhas referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2008. Isto não nos impede de efetuar alguns estudos que mostram que os reitores estão gastando cada vez menos com a folha de pagamento.

A tabela a seguir mostra isto.

Fechamento	Comprometimento
2005	88,49%
2006	87,44%
2007	84,86%

Comprometimento é a porcentagem de quanto os reitores gastaram com salários do repasse de ICMS.

A tabela mostra, claramente, que os gastos com a folha diminuíram ano a ano nos três últimos anos.

Se o comprometimento em 2007 fosse de 90%, o que é perfeitamente suportável, tanto é verdade que já ocorreu em passado recente, teríamos o que está resumido no quadro a seguir:

Liberação em 2007	4.454.919.008
90% da liberação	4.009.427.107
Folha Total	3.780.629.986
Diferença	228.797.121

Diferença é o que poderia ser gasto com folha mas, por decisão do CRUESP, recebeu outra destinação. É uma quantia respeitável. Corresponde a 6,05% da folha total das três Universidades Públicas Paulistas.

Onde foram parar estes quase 229 milhões?

Secretária fecharia as Faculdades de Educação

No dia 9 de março a Secretária de Educação do Estado de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro, concedeu uma entrevista à revista Veja na qual fez fortes críticas às faculdades de educação de todo o país: **“Num mundo ideal, eu fecharia todas as faculdades de pedagogia do país, até mesmo as mais conceituadas, como a da USP e a da Unicamp, e recomeçaria do zero”**.

Duas semanas depois, na Folha de São Paulo, ela ameniza as declarações anteriores, mas continua a dizer que a baixa qualidade no ensino público é de responsa-

bilidade dos professores.

Não podendo deixar de responder às declarações da Secretária a Congregação da Faculdade de Educação da Unicamp elaborou um Manifesto de Repúdio às referências da Secretária.

A Adunicamp, também indignada com as entrevistas, se manifesta contrária às opiniões da Secretária e declara seu apoio à Faculdade de Educação nesta luta contra as argumentações arbitrárias de quem deveria se responsabilizar pela qualidade do ensino do estado, mas prefere apontar o dedo para as instituições que sempre lutaram por uma educação universal, gratuita e de qualidade.

Os princípios da educação não podem ser os mesmos do sistema empresarial,

Jorge Megid Neto foi professor de Física o ensino médio e atualmente é diretor da Faculdade de Educação da Unicamp. A respeito das declarações da Secretária de Educação do governo do Estado de São Paulo nos concedeu a seguinte entrevista

Jornal da Adunicamp – Como o diretor de uma das mais respeitadas escolas de Pedagogia do país, como é que você recebeu as críticas da Secretária de Educação?

Jorge Megid – Com indignação. Não consigo entender porque isto incidiu sobre as faculdades, que nem é da competência direta da Secretária. Nós temos tido uma participação muito grande na trajetória política não só do Estado, mas também em âmbito nacional. Se pensarmos só em São Paulo, a nossa Faculdade de Educação, como também a da USP, têm tido fortes parcerias com a Secretaria de Estado. Nos anos 80 vários professores da Unicamp foram os assessores principais do processo de reformulação curricular do Estado. Um processo inovador, altamente participativo, que começou pela base. As escolas se reuniam em torno das Delegacias de Ensino e faziam a avaliação dos problemas. Os assistentes técnicos tinham a responsabilidade de fazer as sínteses com as quais foram formuladas as propostas curriculares.

Agora a Secretária inverte, numa situação muito parecida com o que ocorreu na gestão do Paulo Renato enquanto Ministro da Educação - da qual ela era assessora - com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. De forma centralizada e autoritária as equipes de especialistas da Secretaria vão produzir documentos para orientar o trabalho dos professores das escolas estaduais de ensino fundamental e médio. Mas vai além, a intenção é produzir material didático que possa nortear esse trabalho, colocar um certo "cabresto" no professor.

JA - Em algum momento dessa nova formulação curricular as universidades foram chamadas a participar?

JM – Da Unicamp eu sei que ninguém, mas é possível que tenham sido convidadas pessoas da USP. Eu não sei porque ela não apresentou publicamente os assessores. As instituições não foram chamadas. O que seria lógico? Chamar as escolas, instituições e sindicatos e fazer um amplo processo. Ela não fez nada disso. Ela diz: "vamos constituir uma equipe de especialistas, que vai fazer toda uma programação, emanar diretrizes curriculares e as escolas que tiverem melhores resultados terão acréscimos de salários".

O que nos surpreendeu foi a Secretária tentar justificar a má qualidade do ensino jogando a responsabilidade para as faculdades. Porque? A Faculdade



Foto: Adunicamp

Jorge Megid Neto: a educação não é mercadoria

de Educação da USP e a nossa, juntas são responsáveis por mais da metade de todas as pesquisas que se faz em Educação no país. Todos temos responsabilidade, mas exatamente essa eu não reputo como nossa. Mas cada um analisa como quer.

Além do que, ela dá um tiro no próprio pé. Se o Estado de São Paulo mantém as duas mais importantes faculdades e ela fala que tem que fechar, todo o investimento não valeu de nada. Se há alguma crítica, ela deveria levar ao Governador, ao Secretário de Ensino Superior.

Em março do ano passado encerramos um curso de especialização para 6 mil diretores da rede estadual, em convênio com a Secretaria de Estado. Um programa muito bem avaliado pela Faculdade de Educação, Secretaria de Estado e diretores. E vem a Secretária dizer que as Faculdades não têm compromisso com as escolas estaduais.

JA - Uma das críticas da própria Secretária é que falta didática para os professores da rede pública.

JM – Deficiências de formação todos temos. A questão da formação continuada deve valer para qualquer profissional. Você pensar que sai de um curso de graduação e está plenamente formado, é absurdo!

Por outro lado, o discurso da Secretária nos remete aos anos 70, ao que a gente chamava de tecnicismo em educação: que é fazer um sistema bem definido desde a estrutura curricular, os programas de cada disciplina, a forma de atuação de cada professor; e depois, colher o resultado positivo disso. Tudo constituído por especialistas, os professores passaram a meros aplicadores. O que a experiência demonstrou é que isso não dava os resultados esperados, porque os professores não tinham autonomia. Ela usa o termo autonomia querendo dizer "fazer o que bem quiser". Nós usamos no sentido de pro-

dução coletiva do trabalho de cada equipe escolar e dos seus próprios projetos político-pedagógicos. Isso poderia ser feito com a colaboração das universidades em um sistema de assessoria. Não se pode produzir um único currículo e um material didático para todas as escolas do Estado, pois elas têm realidades muito distintas.

Mas ela tem esse pensamento. O mesmo que continua dominando o Ministério da Educação desde 92. Programas feitos por equipes contratadas para produzir diretrizes e materiais que serão aplicados pelos professores, que deixa de ter qualquer autonomia neste sentido.

JA - Na avaliação dela, se os diretores se aproximassem de um chefe de empresa, a questão da escola pública seria mais facilmente resolvida.

JM – Mais um exemplo de que o que ela quer implantar é um sistema altamente diretivo que, se dá certo no meio empresarial não dá certo no sistema público de ensino. Justamente porque os princípios da educação não podem ser os mesmos do sistema empresarial - competição, lucratividade, concorrência -, que são valores que não são defendidos em uma educação que pense o conjunto das pessoas. Se a gente se preocupa com os alunos melhor capacitados, temos que nos preocupar com aqueles que têm dificuldades de aprendizagem. E isso não existe no sistema empresarial.

JA - Outra crítica dela é sobre os centros de excelência que, nas palavras dela, são "pirotecnia com o dinheiro público". Mas, não são exatamente esses recursos que viabilizam a escola em período integral como quer o governador José Serra?

JM – Eu imagino, que todas essas coisas têm que ser feitas gradualmente. Todas as escolas passam a período integral, com programação regular no que a gente chama turno normal e no contraturno as atividades diversificadas acompanhadas por profissionais; material didático adequado para alunos e professores; infraestrutura na escola - que, pra mim, é quadra, biblioteca, laboratório de informática, laboratório multiuso da área de ciências; e remuneração adequada para o professor. Uma reivindicação antiga, principalmente dos sindicatos, é um maior tempo do que a gente chama de horatividade. Hoje no estado é em torno de 20% da carreira - a APEOESP reivindica 50% - para se reunir com os colegas, preparar aula, corrigir prova, atender alunos fora do horário, fazer curso de formação... E como é que você começa se não tem dinheiro para todo mundo? Ao invés de chamar todos e dizer: "olha, o bolo é esse, o que nós vamos fazer?" e compartilhar os problemas, o que ela faz? "Vamos definir metas e aqueles que cumprirem terão até 3 salários a mais no ano".

Fórum define pauta unificada para 2008

Melhoria nas condições de trabalho nas universidades estaduais paulistas é um dos pontos mais importantes

Em reunião realizada no dia 26 de março o Fórum das Seis definiu a pauta de reivindicações para a Campanha Salarial 2008.

Após rodada de assembleias que definiram as propostas de cada entidade, ficou acertado que o ponto central da campanha deste ano será a recuperação do poder aquisitivo de maio de 2001, o melhor momento da dos últimos anos para professores e funcionários.

Ainda sobre a questão salarial, conseguir que o CRUESP cumpra com o prometido e pague a parcela fixa de R\$200,00 será uma meta importante. Não apenas pelo valor em si, mas porque nunca antes descumpriu um de seus comunicados tão solenemente. É necessário mostrar que este desrespeito não foi esquecido.

A campanha vai além. A melhoria da universidade pública e gratuita não foi deixada de fora. Para isso é necessário aumento nos investimentos, fim das polí-

ticas de terceirização e precarização do trabalho, manutenção da autonomia universitária e democratização da estrutura e funcionamento das três universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza.

A manutenção do vínculo dos hospitais universitários, com qualidade de atendimento, “aprimorando seu caráter público” e “revertendo toda a forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada” não pode ser esquecida este ano.

A novidade este ano neste ano será a inclusão do pedido de licença-maternidade de seis meses, conforme faculta o Projeto de Lei Federal 281 de 2005.

A Campanha Salarial foi lançada na última quinta-feira, dia 3 de abril, com a entrega da Pauta Unificada ao CRUESP. Agora é definir o calendário de luta e nos prepararmos para a primeira reunião com os reitores.

Não precisava ser assim

Chefe de gabinete do Reitor da Unesp recebe os representantes do Fórum na ante-sala/corredor

Na última quinta-feira, 3 de abril, representantes do Fórum das Seis foram à reitoria da Unesp, protocolar a Pauta Unificada de Reivindicações da Campanha Salarial 2008.

Quem os recebeu foi Kléber Tomás Resende, chefe de gabinete do Prof. Macari, que em um primeiro momento avisou que só receberia dois representantes do

Fórum e não dois de cada entidade, como é o normal. Diante da manifestação do Fórum o chefe de gabinete permitiu que todos subissem ao 12º andar, mas, para piorar a situação, sem a menor cerimônia, os atendeu ali mesmo na ante-sala/corredor em frente aos elevadores.

Resta saber se esta foi uma atitude isolada ou...

- 1 **Reajuste salarial** que recupere o poder aquisitivo de maio de 2001 pelo ICV-DIEESE mais a incorporação ao salário base de parcela fixa
- 2 **Democratização** da estrutura administrativa, do funcionamento dos colegiados, e da gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza. Democratização do acesso e permanência estudantil.
- 3 **Defesa da autonomia** didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza, e revogação dos decretos do Governo José Serra que ferem a autonomia das universidades estaduais;
- 4 **Manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;** Não fragmentação dos diversos níveis de ensino; Manutenção e aprofundamento do vínculo do Centro Paula Souza à Unesp (conforme a Resolução Unesp 63/95).
- 5 **Respeito à liberdade de organização e de manifestação dos movimentos sociais,** revogação das punições e retirada dos processos administrativos e judiciais contra quem lutou em defesa da universidade pública, pela liberdade de organização e de manifestação dos movimentos sindical e estudantil.
- 6 **Contratação somente por concurso público** de servidores técnico-administrativos e docentes e revogação das políticas que terceirizam e precarizam o trabalho e criação de cargos suficientes para atender às necessidades das universidades
- 7 **Aumento do investimento do Estado na Educação Pública em geral** - 33% da receita total de impostos, incluindo 11,6% da quota-parte do Estado do ICMS para as universidades estaduais paulistas, 2,1% da quota-parte para o Centro Paula Souza; Incorporação de funcionários e professores da Escola de Engenharia de Lorena - EEL/USP (antiga Faenquil) no quadro de servidores da USP, com aporte de 0,07% ; Dotação orçamentária específica para garantir políticas de acesso e permanência estudantil e sua ampliação nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza, que assegure condições de estudo rompendo com a lógica da bolsa-trabalho. A bolsa-estudo deve ser um instrumento para que o conhecimento adquirido na universidade seja aplicado na sociedade; Isonomia e paridade entre aposentados e pessoal da ativa.
- 8 **Compromisso de manter a vinculação dos Hospitais Universitários** com as universidades, aprimorando seu caráter público, revertendo toda a forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, com financiamento público adequado para o seu funcionamento e melhoria do atendimento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- 9 **Implementação do Artigo 40, parágrafo 4º da Constituição Federal,** que dispõe sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos nos casos de atividades exercidas em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física dos trabalhadores;
- 10 **Implementação da licença-maternidade de 6 meses** conforme faculta a legislação atual.

A integração plena ao ANDES fortalece politicamente as lutas dos docentes da UNICAMP

Adolpho Hengeltraub é Diretor de Imprensa da Adunicamp e a respeito da filiação da entidade no ANDES nos concedeu a seguinte entrevista:

Jornal da Adunicamp - Qual a importância de a Adunicamp ter passado de Associação de Professores para uma seção sindical do ANDES?

Adolpho Hengeltraub – A Adunicamp, a partir do momento em que se tornou Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional, pode representar judicialmente seus filiados. Antes não podia. É importante lembrar que a integração plena ao ANDES também fortalece politicamente as lutas dos docentes da UNICAMP.

JA - Em termos práticos, a representatividade é mais legítima agora que a Adunicamp tornou-se uma seção sindical?

AH – Não é apenas mais legítima, passou

a ser reconhecida pelos tribunais.

JA - Como o apoio do ANDES pode alterar a correlação de forças nas lutas pela garantia da universidade pública, gratuita e de qualidade, a maior luta da Adunicamp desde seu início?

AH – Ainda vale o preceito “a união faz a força”! O ANDES-SN congrega todas as universidades federais além das estaduais paulistas e de várias outras estaduais e, até, algumas particulares. O Sindicato Nacional promove inúmeros debates políticos e acadêmicos, propiciando um aprofundamento da análise das questões que afetam fortemente a vida acadêmica no País e, em particular, a das universidades públicas paulistas. Tem sido o cadinho onde são fundidas ligas que resultam em baluartes da defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e com base nas demandas sociais populares.

Ainda mais, há o apoio implícito a

todas nossas manifestações políticas.

JA - Quais mudanças são esperadas, a partir de agora e quais já podem ser percebidas desde a filiação?

AH – Não se espera mudanças drásticas na nossa atuação sindical. A Adunicamp, de poucos anos para cá, tem tido participação crescente nas grandes atividades do ANDES, os CONADS e CONGRESSOS, o que enriquece a nossa análise e aumenta nossas possibilidades de atuação política. É um processo gradativo, firme.

JA - Como a filiação ao ANDES pode influenciar na maneira de encarar as questões internas da universidade?

AH – Embora as universidades públicas paulistas tenham uma posição de destaque no panorama nacional, não apenas na atividade acadêmica, há muito a avançar. É necessário melhorar as relações de trabalho. Neste sentido,

por exemplo, o Sindicato Nacional tem promovido intensas atividades abordando a espinhosa questão do assédio moral, que na Unicamp apenas engatinha.

JA - O que representa a desfiliação da Adunicamp da CUT?

AH – Representa a assunção de um reposicionamento político no panorama nacional, que, de fato, nada mais é que a manutenção de uma postura de independência. É princípio basilar da organização sindical dos trabalhadores da educação, em particular dos docentes do ensino superior, a total independência em relação aos governos. Por razões óbvias a CUT, através de dirigentes que são aliados políticos de membros do Governo Federal, vem pautando suas atuações pelo viés do apoio, sem uma análise objetiva fundamentada no interesse dos trabalhadores. Daí a nossa desfiliação da CUT.

Conlutas é contrária à obrigatoriedade do Imposto Sindical

Coordenação Nacional de Lutas
(Conlutas)

Na terça-feira 11, a Câmara dos Deputados rejeitou a emenda que daria fim à obrigatoriedade da contribuição sindical dos trabalhadores. 234 deputados votaram pela obrigatoriedade da contribuição e 171 votaram contra. Com isso, os trabalhadores continuam sendo obrigados a pagar a contribuição sindical.

Também foi votado o projeto de lei que legaliza as centrais sindicais e que reconhece as organizações como entidades de representação dos trabalhadores.

Dirigentes de centrais governistas, como Força Sindical e CUT, acompanharam toda a votação e comemoraram a obrigatoriedade da contribuição sindical e legalização das centrais. Sabem que ganharão milhões com isso, um dinheiro

retirado do bolso dos trabalhadores sem lhes pedir permissão.

A Conlutas reitera seu posicionamento contra o imposto sindical obrigatório

Como já foi manifestado anteriormente, e diferente do posicionamento das centrais sindicais governistas, a Conlutas é contrária à obrigatoriedade do pagamento de impostos sindicais pelos trabalhadores.

Para a Conlutas, o imposto sindical deveria ter sido extinto e as contribuições às centrais deveriam ser decididas pelos trabalhadores em suas assembleias e reuniões deliberativas na base.

Apesar da obrigatoriedade do repasse, a Conlutas recusará essas verbas provenientes do Estado. Isto porque, a nossa organização entende que o imposto sindical obrigatório é uma forma de atrelar as entidades representativas dos trabalhadores ao

aparelho de Estado. Com isso, direitos e salários podem ser negociados em troca da manutenção dessa verba. Afinal, ao Estado interessa manter sua margem de negociação com as centrais para aplicar seus projetos neoliberais – diga-se, bem aplicados pelo governo Lula.

Aliás, como parte dessa política, o governo vem desenvolvendo também a participação das centrais nos Conselhos de Estado (CODEFAT, etc) e de convênios com Ministérios e Bancos.

Por um Sindicalismo independente do Estado

A Conlutas defende centrais sindicais autônomas e independentes do Estado, ao lado dos trabalhadores.

Reconhecimento das centrais sindicais sem condicionantes pelo Estado

A Conlutas é favorável ao reconhecimento legal das Centrais

Sindicais, como direito sindical dos trabalhadores, que até hoje não é respeitado pelo Estado Brasileiro.

Entretanto, o reconhecimento das Centrais Sindicais, existente no projeto, traz condicionantes que expressam ingerência do Estado na organização sindical. Isto é inaceitável.

Por isso, a nossa organização é favorável à legalização da própria Conlutas, dando a ela a importância que tem a legalização de qualquer dos nossos sindicatos. Mas, obviamente, só aceitará essa legalização se não nos for imposta nenhuma condição pelo Estado que venha implicar em perdas de independência em qualquer dimensão, pois a legalização da Conlutas não implica em que a nossa organização passará a respeitar e acatar limites das leis existentes no país.

A Conlutas seguirá atuando da mesma forma que atua hoje.

Dignidade: um direito mais do que adquirido

Caros colegas docentes das Universidades Estaduais Paulistas:

Você sabia que, ao falecer a pensão que você deixará ao seu cônjuge será setenta por cento (70%) do valor do seu salário ou aposentadoria, de acordo com a Lei complementar do Estado de São Paulo nº 1012 de 5 de julho de 2007?

E que, caso o seu consorte seja também funcionário público estadual, como por exemplo, professor universitário estadual, aplicar-se-á sobre a pensão um teto máximo remuneratório no valor de R\$ 14.850,00.

Para que a situação fique mais clara, chamemos o salário do seu consorte de A e o salário do falecido de S. Assim sendo, o que será feito?

1. Soma-se A + S = R\$ 14.580,00

2. Sobre este valor, de R\$14.850,00, eles aplicam o Redutor da Lei Complementar 1012/2007.

Isto é, reduzem mais ainda o seu teto que passa a ser de R\$ 12.630. Vale esclarecer que toda esta redução é feita sobre os vencimentos do falecido (pensão).

Resumindo, eles somam “alhos com bugalhos”. Mas... voltemos agora à questão jurídica. O Artigo 37, XV da Constituição Federal estabelece que:

“Os subsídios e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvando o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos artigos 39 §4º, 150, II, 153 III e 153 §2º, I”.

O artigo 37, XI, da mesma Constituição, elaborado com base nas emendas constitucionais 20 e 41, define a pensão como verba que, recebida cumulativamente ou não com outra fonte remuneratória, estaria submetida ao limite máximo remuneratório.

Mas, é necessário saber que o Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº13, se manifestou desta maneira sobre o assunto: “Considerar acúmulo entre pensão e aposentadoria seria

estender ao servidor um vínculo que não existiu, pois tanto a pensão quanto a aposentadoria decorrem de **vínculos distintos com a administração**”.

Além disso, o artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal garante que: “A Lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

E, de acordo com o art. 40 §3º da Constituição Federal, “Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor e no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria e na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração”.

Assim sendo, não ter seus vencimentos e/ou pensão reduzidos consiste no **DIREITO ADQUIRIDO** do servidor público.

Se estas leis não lhe atingem agora, tenha **certeza** de que um dia **ela também se aplicará a você e à sua família**.

O que pode ser feito?

Antes de mais nada, conscien-

tizar-se do problema que existe e que, um dia, lhe atingirá. E fazer valer os seus direitos ou assegurá-los, para não ser pego de surpresa.

Como? Procure a sua associação e veja qual o caminho jurídico a seguir.

Um dia me perguntaram qual a certeza que se tem, ao entrar na justiça, de que se ganhará um a ação. O que posso dizer, por experiência própria, é que a única certeza que temos na vida é que a morte chegará para todos. E que, se eu não lutar pelos meus direitos até o fim, ninguém o fará por mim.

É por isso que, para me sentir menos vilipendiada, entro sempre na justiça quando querem acabar com os meus **DIREITO e DIGNIDADE**.

E ao se perguntar, como é possível questionar um teto desses num país tão pobre, lembre-se, caro colega, o **cerne** da questão é o seu **direito adquirido** que estão querendo confiscar.

Tereza Penna é professora aposentada pelo Instituto de Física e viúva do Professor Antônio Fernando Penna

Programame-se

9 a 11/04/08: IV Conasss (Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde) e VII Simpsss (Simpósio de Serviço Social em Saúde). Realização: USP, Unesp e Unicamp. Informações: (15) 3967-1003, conasss@oxfordeventos.com.br

11/04: Mesa redonda Cultura científica: o desafio dos indicadores. Local: auditório da Agência para a Formação Profissional da Unicamp (AFPU), às 9h30

11/04: Seminário de Saúde Ocupacional da Unicamp. Das 9 às 12 horas. Inscrições: maisstu@stu.org.br Outras informações: 19-3289-3502.

11/4 : 14h – Abertura do Seminário “O Movimento Docente e a Defesa da Universidade Pública. Local: Barra do Garças – MT. Mais informações: www.andes.org.br



15 a 17/04/08: V Seminário Direitos Humanos no Século XXI e VII Semana da Mulher “Educação, Direitos Humanos e Segurança Pública”. Local: FFC. Informações: saepe@marilia.unesp.br

19 a 21/04/08: I Encontro Nacional de Mulheres da CONLUTAS “Luta contra o machismo e a exploração da Mulher”. Local: Clube Tietê – São Paulo

21 a 24/04: Mostra de percussão Ritmos da Terra. Local: na Unicamp e no Centro de Convivência Cultural de Campinas. Para maiores informações: Fone: (19) 3521-1733